



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e seis dias de outubro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião, dando as
4 boas vindas a todos os presentes. Realizou a leitura das pautas, sendo: **I. Informes; II.**
5 **Apresentação, discussão e deliberação do calendário de discussão sobre a municipalização**
6 **do Complexo Hospitalar Ouro Verde; III. Apresentação e discussão das deliberações da**
7 **Conferência Municipal de Pessoas com Deficiência, relacionadas à Saúde; IV.**
8 **Apresentação, discussão e deliberação das Prestações de Contas da Secretaria Municipal**
9 **de Saúde, 2º e 3º trimestres (as votações serão realizadas separadamente).** O Sr. Porsani
10 lembrou que na reunião anterior houve mais de quarenta minutos de informes, sendo que
11 fora discutida na reunião da Comissão Executiva e combinada com a Mesa Diretora, onde
12 serão rígidos no cadastramento dos interessados em informes. Afirmou que muitas falas
13 nem caracterizam informes, devendo o prazo ser respeitado por todos os conselheiros. O Sr.
14 Gerardo solicitou uma inclusão na pauta do dia, relacionada à proposta de resolução
15 discutida e divulgada pelos endereços eletrônicos, sobre a questão do concurso público e da
16 resolução do atual Prefeito, Dr. Pedro Serafim. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de
17 ordem, alegando que em reunião recente, solicitou uma inclusão de pauta, relacionado ao
18 convênio com a Associação Maria Porta do Céu e fora informado que informes não se
19 colocava em pauta. Perguntou por que existem dois pesos nessa questão. Afirmou não ter
20 nada contra aos fatos recentes, defendendo que a moção deve sair, uma vez que Campinas
21 tem que se manifestar, porém os informes não podem virar pautas. Falou que a Mesa
22 Diretora e o presidente deveriam tomar esses padrões. O Sr. Porsani esclareceu que serão
23 abertos os informes e, somente após, o Sr. Gerardo apresentará a inclusão de pauta, que
24 deverá ser votada. **I. Informes:** a Sra. Ivonilde informou para os conselheiros que se
25 inscreveram em várias comissões. Solicitou que os conselheiros que se inscreveram para as
26 comissões a procurem para confirmar as suas inscrições, sendo que algumas comissões já
27 possuem encaminhamentos. Solicitou ainda que aqueles conselheiros que não participam de
28 nenhuma comissão a procure para se inscrever em alguma. Informou que a comissão de
29 recursos humanos já se reuniu e terá a próxima reunião no dia 04 de novembro. Informou
30 que a Comissão do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (HMMG) realizará a reunião da
31 comissão de acompanhamento no dia 06 de novembro. Informou sobre o convite para o
32 Seminário de Cultura e Saúde nos Pontos. Informou ainda sobre o convite da Vigilância em
33 Saúde para o Programa de Qualificação, sendo necessária a presença de até cinco
34 conselheiros. A Sra. Teresita falou que espera que Campinas volte ao normal e informou que
35 o CAPS integração possui uma casa de oficinas e falou que os trabalhadores de lá estão
36 preocupados com o número de pacientes encaminhados à casa de oficina. Informou que
37 existia o planejamento de mudar de casa, pois estavam em uma residência que não
38 comportava a demanda, porém correm informações que o novo prefeito está cortando
39 todos esses projetos. Convidou a todos para se encontrarem na casa das oficinas para a
40 confecção de um documento que será enviado ao prefeito. A Sra. Marlene, da comissão de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 estudos do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” e perguntou como poderia realizar os
42 informes da comissão, uma vez que estes foram cobrados pelo presidente na reunião
43 anterior. Informou que fora publicado no jornal que o consultório de rua e o CAPS Ad da
44 Noroeste estão saindo do papel. Esclareceu que essa informação é inverídica, pois a
45 comissão de acompanhamento vem observando as contas de perto e os repasses da
46 Prefeitura para o SSCF. Afirmou que a PMC não vem repassando as verbas necessárias para
47 que os programas saiam do papel. Lembrou que algum conselheiro questionou como se
48 mantém um convênio onde não se recebe, falando que a Prefeitura vem, na medida do
49 possível, honrar esse compromisso. Afirmou que é fácil cobrar algo do SSCF, sendo que a
50 PMC não honra as dívidas. O Sr. André falou que existem questionamentos das razões que
51 levam o SSCF a não interromper o atendimento, mesmo frente à falta de pagamentos e
52 esclareceu que o SSCF não é uma instituição privada *stricto sensu* e que não é uma
53 instituição que está para defender os interesses particulares. Ressaltou que o interesse do
54 SSCF desde a década de 90 é o SUS, colocando a sua estrutura e o seu patrimônio à
55 disposição do SUS para que sejam desenvolvidas as suas atividades, suportando a situação
56 até o limite. Ressaltou que a instituição não permanecera parada, pois já realizou audiência
57 pública em 2006 e 2009, pressionando a Prefeitura até que saísse a auditoria externa para
58 consolidar o passivo e o termo de confissão de dívida. Ressaltou que a instituição não está
59 em uma situação de somente ficar reclamando, buscando soluções em conjunto e que
60 jamais essa questão será pretexto de uma interrupção unilateral do atendimento, pois o
61 SSCF tem um compromisso claro com o SUS. O Sr. Trombetta informou e solicitou ao CMS e
62 ao presidente, uma vez que já denunciara a situação e ocorreu novamente, falando de
63 pessoas que procuram o Hemocentro da UNICAMP para doar sangue e são maltratados e
64 sem o acompanhamento de médicos. Denunciou que as pessoas que procuram o Serviço
65 Social do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (HMMG) para a doação de órgãos de seus entes
66 não recebem informações adequadas, sendo que todos são voluntários e recebem
67 tratamento ruim. Exemplificou que conhece uma família que procurou o Serviço Social para
68 doar os órgãos de seu ente falecido e não encontrou nenhuma informação. Sugeriu uma
69 moção de repúdio para mandar para UNICAMP e para o HMMG, reclamando os maus tratos.
70 Falou que todos os presentes podem precisar de órgãos ou de sangue. O Sr. Gerardo falou
71 sobre os convites para a 2ª reunião da equipe de comunicação amanhã e para a reunião do
72 Conselho do CEREST para avaliação da campanha de defesa do órgão, na quinta-feira.
73 Informou que está ocorrendo o Congresso Paulista de Saúde Pública, com painéis
74 importantes, inclusive abordando o controle social. Falou que existem cidades com trabalhos
75 de conselhos importantes, diferentemente das políticas públicas exercidas pela SMS de
76 Campinas. O Sr. Porsani anunciou a presença da Sra. Isabelle, da faculdade de Montreal –
77 Canadá e do Sr. Ronaldo Brasil, da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde de
78 Manaus. O Sr. Mendes anunciou o seu desligamento do CMS por questões particulares.
79 Desejou que todos os conselheiros continuem exercendo os papéis para a construção de um
80 SUS melhor. O Sr. Porsani afirmou que o Sr. Mendes anunciou os motivos de seu



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 desligamento e falou ser uma perda muito grande, devido à atuação e participação do
82 conselheiro e agradeceu a sua participação em defesa do SUS. O Sr. Felipe falou sobre a
83 greve da UNICAMP, sendo que no presente dia se inicia a paralisação das atividades do
84 Hospital das Clínicas, reduzindo o atendimento de muitos ambulatorios. Informou que o
85 reitor da universidade continua não atendendo o sindicato e a tendência é continuar o
86 processo de paralisação de ambulatorios e serviços do complexo hospitalar do HC. Falou que
87 os trabalhadores não aceitam ser desrespeitado. Lembrou que a luta dos grevistas é
88 defender o patrimônio público contrários ao movimento de privatização do HC, uma vez que
89 a reitoria encaminhou um projeto de criação de uma fundação estatal de direito privado,
90 que se trata de uma forma de privatização. Falou que o CAPS Água Funda (São Paulo) vem
91 sofrendo uma ameaça do governo Kassab, de privatização, passando a gestão para uma OS.
92 Falou que o governo Alckmin tem fortes intenções de privatizações. Falou que os
93 trabalhadores não devem aceitar nenhuma forma de privatização do serviço público. O Sr.
94 Francisco lembrou que o prefeito temporário é o novo privatizador, pois quando o Dr. Hélio
95 propôs e retirou, devido à pressão dos militantes, o projeto de lei das organizações sociais, o
96 Dr. Pedro Serafim defendeu a não retirada da votação deste projeto. Alegou que o atual
97 prefeito cancelou o concurso por ser um privatizador, mesmo sendo um prefeito
98 temporário. Convidou a todos para engrossarem o movimento “Campinas contra a
99 Privatização”, sendo a próxima reunião no dia 08 de novembro, no Sindicato dos Químicos.
100 Convidou para o evento para discussão da privatização da saúde e da educação, encabeçado
101 pelo fórum de trabalhadores e trabalhadoras de Campinas. O Sr. Manuel falou sobre a
102 fiscalização dos convênios, onde existem comissões de acompanhamento sem nenhum
103 membro do CMS, como, por exemplo, na comissão de acompanhamento do convênio com a
104 Fundação Síndrome de Down, entre outros. Lembrou que é papel dos conselheiros
105 acompanharem os convênios, não sendo possível aprovar um convênio sem uma comissão
106 de acompanhamento eficiente. Defendeu que se não tem nenhum conselheiro fica difícil
107 acompanhar os problemas do convênio, tais como falta de pagamento ou metas definidas.
108 Falou que está na comissão de acompanhamento dos convênios com a PUCC e com a Santa
109 Casa e se os conselheiros não tiverem uma orientação de como fiscalizar, não ocorrerá
110 fiscalização adequada. Sugeriu que seja elaborada uma capacitação aos conselheiros para
111 que realizem a fiscalização adequadamente. O Sr. Ednilson protestou contra o vereador de
112 sua região, onde o Sr. Miguel Arcanjo falou mal dele em sessão da Câmara. Solicitou que o
113 referido vereador venha ao pleno para falar o que fizera para a construção do centro de
114 saúde da região. Alegou que sua luta é solitária, sem a participação ou o apoio do vereador.
115 Solicitou que o vereador faça mais pelo povo de sua região. O Sr. José Carlos informou sobre
116 os desligamentos no CMS, sendo que a Sra. Elizabeth, desligada devido sua aposentaria, com
117 a indicação da Sra. Celi; o Sr. Rodrigo Pressotto, solicitou seu desligamento devido ao cargo
118 que assume, assumindo como titular o Sr. Wander; o Sr. Mendes, que solicitou seu
119 desligamento por motivos particulares, assumindo a Sra. Maria Cristina como titular.
120 Informou sobre os convites recebidos, sendo para o IV Congresso de Associações de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 Mulheres de Campinas, para o Seminário Municipal sobre Saúde da População Negra, para a
122 Mostra Estadual de Práticas Inovadoras de Psicologia e para o Seminário de Segurança e
123 Educação no Trânsito. O Sr. Porsani apresentou a moção de repúdio, sugerida pelo Sr.
124 Trombetta e a moção de repúdio, apresentada pelo Sr. Mariante, sobre a atitude do Prefeito
125 Pedro Serafim de cancelar o concurso público. Sobre isso, esclareceu que a proposta inicial
126 era de uma resolução, porém fora alertado pela Comissão Executiva que esse ato necessita
127 de homologação do secretário de saúde, o que levaria um tempo maior de trâmite. Explicou
128 que a proposta é a formulação de uma moção, que não necessita de homologação,
129 adiantando a publicação, necessário para a urgência do tema. Realizou a leitura da moção.
130 Ressaltou a urgência para a publicação em Diário Oficial, defendendo a proposta de moção e
131 não de resolução. O Sr. Porsani perguntou se existia alguma dúvida ou conselheiro que
132 queira defender contrário. A Sra. Izabel questionou sobre a diferença entre a moção e a
133 resolução. O Sr. Mariante ressaltou que a moção não depende da homologação do
134 secretário de saúde e a resolução sim, o que demanda mais tempo de trâmite. Explicou que
135 a moção, assim que aprovada, pode ser publicada imediatamente no Diário Oficial. Em
136 relação à moção apresentada pelo Sr. Trombetta, o Sr. Mariante questionou se a moção de
137 repúdio inclui doadores de órgãos ou somente fala sobre os doadores de sangue. O Sr.
138 Trombetta explicou que deve abranger todos os doadores, pois interessados em doação de
139 medula óssea não encontram informações adequadas e tratamentos dignos. Em regime de
140 votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU as moções apresentadas**, por
141 unanimidade, devendo ser publicadas imediatamente em Diário Oficial. **II. Apresentação e**
142 **discussão das deliberações da Conferência Municipal de Pessoas com Deficiência,**
143 **relacionadas à Saúde:** a Sra. Rose, do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência
144 apresentou as deliberações relacionadas à saúde. Abertas as falas, o Sr. Francisco registrou o
145 pedido de desculpas do Conselho Municipal de Saúde e da Comissão Organizadora da
146 Conferência Municipal de Saúde às pessoas com deficiência que participaram da
147 conferência, pelas falhas como acessibilidade ou agendamento da continuidade no mesmo
148 dia da conferência municipal das pessoas com deficiência. Esclareceu que a apresentação é o
149 remendo para tentar consertar as falhas. O Sr. Porsani questionou se as resoluções da
150 conferência municipal de pessoas com deficiência constarão no relatório final da conferência
151 municipal de saúde. O Sr. Francisco explicou que na conferência de saúde existiu um grupo
152 que contemplou as questões das pessoas com deficiência. A Sra. Rose explicou que existe a
153 intenção do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência envie para a SMS o relatório
154 com as deliberações que envolvem a saúde, para que sejam implementadas. O Sr. Francisco
155 explicou que o relatório da conferência municipal de saúde não saiu ainda, devido à
156 instabilidade política que Campinas vive. Sugeriu que as deliberações das pessoas com
157 deficiência sejam anexadas ao relatório da conferência municipal de saúde. A Sra. Matilde
158 falou que as pessoas com deficiência lutam há muito tempo pelos seus direitos e solicitou o
159 apoio da SMS a essas questões. Ressaltou que muitas deliberações foram e voltaram de
160 várias conferências, sem a devida implementação. A Sra. Ida falou que gostaria que as



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 propostas sejam incluídas no relatório da conferência municipal de saúde e que o plano
162 municipal de saúde contemple as questões apontadas, sendo as propostas subsídio para a
163 construção do plano municipal de saúde. O Sr. Mariante parabenizou a apresentação,
164 ressaltando que as propostas são resultado de um trabalho intenso e de um debate
165 importante. Registrou que quando olha o primeiro item das resoluções, referente à
166 acessibilidade das pessoas com deficiências em todas as unidades de saúde, pensa que em
167 um determinado momento breve, se faz necessária a criação de metas passíveis de
168 monitoração, como a acessibilidade em todas as novas unidades e que se estabeleça um
169 percentual de adequação das unidades antigas, para ser realizada periodicamente. Apontou
170 que, com isso, torna-se possível a verificação da implantação dessa resolução, chegando a
171 uma condição de concretizar o conceito de humanização. A Sra. Ida ressaltou que as pessoas
172 com deficiência gostariam de participar no processo de confecção do plano municipal de
173 saúde. O Sr. Porsani encaminhou que o CMS referendasse, através de votação, as resoluções
174 da VII Conferência Municipal de Pessoas com Deficiência, relacionadas à Saúde e que sejam
175 encaminhadas ao secretário de saúde. Em regime de votação, o Conselho Municipal de
176 Saúde **APROVOU as resoluções apresentadas**, por unanimidade. O Sr. Porsani parabenizou e
177 agradeceu a presença do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência. **III. Apresentação,**
178 **discussão e deliberação das Prestações de Contas da Secretaria Municipal de Saúde, 2º e 3º**
179 **trimestres:** o Sr. Fábio Forte, diretor do Fundo Municipal de Saúde, explicou as fontes de
180 recursos da Prefeitura, sendo a receita de impostos municipais e transferências
181 constitucionais legais, do período de janeiro a junho de 2011 (2º trimestre), no valor de R\$
182 1.071.762.591,79 (hum bilhão, setenta e um milhões, setecentos e sessenta e dois mil,
183 quinhentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos); e do período de janeiro à
184 setembro (3º trimestre), no valor de R\$ 1.519.625.827,88 (hum bilhão, quinhentos e
185 dezenove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e
186 oito centavos. Explicou que a transferência de recursos do SUS, no 2º semestre, fora no valor
187 de R\$ 116.172.191,60 (cento e dezesseis milhões, cento e setenta e dois mil, cento e
188 noventa e um reais e sessenta centavos), enquanto que no 3º trimestre, fora no valor de R\$
189 169.379.026,93 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil, vinte e seis
190 reais e noventa e três centavos). A despesa total com Saúde, no período de janeiro a junho
191 (2º trimestre) de 2011, foi no valor de R\$ 351.071.488,32 (trezentos e cinquenta e um
192 milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos) e a
193 despesa com a Administração Indireta – Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, no valor R\$
194 13.086.836,63 (treze milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e
195 três centavos) no mesmo período; enquanto que a despesa total com Saúde, no período de
196 janeiro a setembro (3º trimestre) de 2011, foi no valor de R\$ 539.037.813,34 (quinhentos e
197 trinta e nove milhões, trinta e sete mil, oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos) e
198 a despesa com a Administração Indireta – Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, no valor R\$
199 20.058.145,30 (vinte milhões, cinquenta e oito mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta
200 centavos) no mesmo período. Explicou que a Emenda 29 determina que 15% (quinze por



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 cento) da receita municipal deve ser gasto com a Pasta da Saúde. Abertas as falas, a Sra.
202 Marlene questionou o pagamento para a casa de apoio Grupo da Amizade, no 3º trimestre,
203 uma vez que desde o 2º trimestre não existia mais o convênio. Falou que fora esclarecido em
204 outra oportunidade que deve ser apontado o pagamento, para que, quando outra instituição
205 assumir o contrato, tenha o pagamento assegurado. Colocou que não concorda com a
206 prática. O Sr. Xavier questionou sobre os recursos enviados ao CHOV, sendo que existem
207 recursos que irão atender usuários de outras cidades e perguntou se as outras cidades
208 repassarão verbas para a despesa do hospital. Perguntou sobre os custos dos mandatos
209 judiciais, a respeito do fornecimento de medicamentos de alto custo, uma vez que o estado
210 tem uma farmácia de alto custo. Perguntou sobre a dívida apresentada e questionou sobre
211 as obras que já foram apontadas como iniciando no presente ano. Perguntou se as verbas
212 estão sendo remanejadas, uma vez que muitas dessas obras não se iniciaram. A Sra. Maria
213 Helena perguntou sobre os convênios, uma vez que, quando aprovados, possuem um valor
214 de pagamento mensal. Falou que, no decorrer do contrato, algumas entidades não recebem
215 todo o valor. Perguntou se o Ministério da Saúde encaminha os recursos e não é pago à
216 instituição, o que é realizado com o dinheiro que sobra. O Sr. Francisco parabenizou o Sr.
217 Fábio pela apresentação e pelo desafio de apresentar duas prestações de contas
218 concomitantemente. Lembrou que quando se discute uma aprovação ou rejeição das contas
219 da SMS ou um relatório de gestão, não está sendo discutida a qualidade da apresentação,
220 tampouco a veracidade da mesma e dos números, pois os conselheiros não são auditores e
221 para isso existe o Tribunal de Contas. Afirmou que a avaliação deve ser política das contas da
222 gestão e a gestão como um todo. Defendeu que o CMS deve aprovar ou rejeitar o relatório
223 de acordo com a sua posição sobre o modo como as contas da prefeitura vem sendo
224 tratadas no presente ano e não tentar entender os números e procurar “irregularidades”.
225 Ressaltou que a avaliação deve ser pautada na visão se o SUS Campinas está sendo
226 adequadamente financiado e está sendo priorizado pelo governo, seja qual for. Neste
227 sentido, sugeriu a rejeição das contas com base em argumentos antigos, uma vez que as
228 situações persistem, como a questão do CHOV, que continua irregular, já que a SMS não
229 municipalizou ainda, sendo contrária a decisão do CMS. Chamou a atenção de quanto o
230 CHOV é próximo ao convênio da PUCC, em relação às verbas investidas, sendo muito menor
231 na capacidade de atendimento. Colocou ainda a questão do contingenciamento de recursos,
232 por parte da Secretaria de Finança, contrariando outra decisão do CMS, que é a garantia de
233 autonomia do Fundo Municipal de Saúde. Falou ainda sobre a consequência de tudo isso
234 que é o desabastecimento da rede, sentido na pele pelos funcionários, sendo culpa da
235 política de não priorizar a saúde; falou ainda que a prefeitura estava, supostamente, tão
236 bem financeiramente até maio, sendo que depois estourou a crise financeira. O Sr. Armando
237 parabenizou o Sr. Fábio pelo trabalho e pelo esclarecimento. Falou que na presente semana,
238 a diretora de saúde, Sra. Márcia Bevilac, esteve na CPI da Saúde, afirmando que o estado
239 enviou, nos últimos três anos, mais de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo que se
240 dividir o valor por mês, se trata de um valor insignificante. Perguntou o que os conselheiros



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 e a SMS pode exigir do estado, para que de fato não seja uma verba tão vergonhosa. Falou
242 sobre a questão do dinheiro na Secretaria de Finanças, defendendo a autonomia do Fundo
243 Municipal de Saúde, comparando os recursos iniciais e os executados. O Sr. Gerardo falou
244 que, se nessa secretaria, todos fossem iguais ao Sr. Fábio acredita que melhora muito na
245 questão de eficiência. Falou que o funcionalismo de Campinas é competente, sendo o
246 problema que realiza a gestão dos trabalhadores. Falou que votará pela rejeição, pelos
247 motivos apresentados anteriormente e fez uma comparação entre o hospital da PUC e o
248 CHOV, caracterizando um desperdício de recursos públicos. Falou que o grupo que comanda
249 o CHOV não sabe a realidade do serviço. Falou que o Sr. Manuel fez uma cobrança justa, pois
250 toda a informação apresentada pela mídia, já se conhecia, devido à levantamentos
251 realizados no CHOV e verificados que existem equipamentos e salas sem uso. Falou que o
252 problema é que a direção do hospital, comandada pelo secretário de saúde, não fornece as
253 informações solicitadas. Citou que solicitou informações oficialmente, não sendo
254 respondido. Questionou como poderia ocorrer fiscalização nesse sentido, dificultando a
255 apreciação do CMS. Falou que o “todo poderoso” se acha no direito de ir à televisão dizer
256 que o convênio com a SPDM é um “frankenstein”. Falou sobre a questão é o respeito pelo
257 CMS, sendo fundamental, onde a rejeição não é pautada no ponto de vista de discordar com
258 os valores. Perguntou por que não se pagam os fornecedores, sendo um problema político,
259 gerando desabastecimento. Solicitou coerência na votação dos conselheiros. O Sr. Porsani
260 questionou se a aprovação ou a rejeição deve ser ou não uma questão política. Questionou
261 se o conteúdo dessa decisão deve ser político. Falou que quando se rejeita uma conta, deve
262 ter embasamento técnico dessas contas, pois quando o estado passa a miséria que passa
263 para a saúde de Campinas, o CMS deve repudiar a atitude do governo do estado em não
264 contribuir em praticamente nada com o SUS Campinas. Apontou que essa discussão é
265 política. Falou que quando é defendida e aprovada uma resolução, onde é colocada a
266 necessidade que todos os recursos da saúde sejam administrados pelo Fundo Municipal, é
267 uma ação política, implementando as deliberações da conferência como a própria discussão
268 realizada no pleno. Argumentou ser político quando o CMS vem a público questionar as
269 prioridades da Secretaria de Finanças, que não pagam os fornecedores de insumo,
270 acarretando na falta deste na ponta. Lembrou que essas decisões são políticas e o CMS tem
271 tomado as decisões corretas. Falou que afirmar que irá rejeitar as contas por ser uma
272 decisão política não está correto, pois se faz necessária a avaliação da real situação e decidir
273 se estão cumprindo as deliberações tomadas anteriormente. Caso as deliberações não
274 estejam sendo cumpridas, o CMS deve rejeitar. Falou que essa questão deve ficar claro, pois,
275 caso alguém seja da oposição sempre rejeitará as contas, por ser uma decisão política. Falou
276 ser saudável ser da oposição e votar contrário. Falou que não pode despolitizar a discussão,
277 assim como faz o Sr. Francisco, colocando ser contrário, por ser uma decisão política e ser da
278 oposição. Defendeu a discussão sem o componente que o Sr. Francisco apontou. Ressaltou
279 que, caso não seja implementado e discutido no plano anual de saúde e nas conferências
280 municipais de saúde, deve ocorrer a rejeição. Falou ser inadmissível ficar devendo para



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 fornecedores. Defendeu a aprovação de resoluções políticas que atacam essa problemática.
282 Lembrou que a discussão se pauta em dados e números discutidos anteriormente. Falou que
283 se o CMS quiser rejeitar por não estar sendo respeitadas as deliberações, assim deve ser
284 feito, diferentemente da discussão política apresentada pelo Sr. Francisco. A Sra. Eloísa falou
285 sobre as demandas judiciais para solicitação de medicações. Falou ser oportuno pautar essa
286 discussão no CMS, colocando as verdades dos fatos. Falou que existem muitos mitos para
287 criar uma cortina de fumaça na assistência farmacêutica, sendo que esta não funciona no
288 serviço público de saúde, caracterizada como uma porcaria. Afirmou que solicitará à SMS a
289 informação sobre as demandas judiciais e se são demandas por medicamentos da atenção
290 básica ou de medicamentos de alto custo. Falou sobre a necessidade de verificar indicadores
291 para medir a quantas anda a assistência farmacêutica em Campinas, para parar de ficar
292 discutindo e somente reproduzindo outras falas. Defendeu a qualificação da assistência
293 farmacêutica no município, sendo primeiro racionalizado o uso de medicamentos através de
294 medidas educativas para a população, o que não tem ocorrido. Falou que outro ponto vital é
295 a evitar o desperdício de medicamentos e a questão mais agravante é que o armazenamento
296 é feito de forma inadequada, sendo passível de interdição na maioria dos casos das unidades
297 de saúde. Falou sobre a necessidade da discussão para parar de acreditar que foram gastos
298 tantos recursos financeiros de forma vaga. Defendeu que se a demanda judicial for justa,
299 deve ser paga. O Sr. Mariante falou que não estava inscrito, porém a fala do Sr. Porsani o
300 obrigou a se inscrever, pois tinha se sentido contemplado com as falas do Sr. Francisco e do
301 Sr. Gerardo. Falou sobre a necessidade de retomar uma discussão feita anteriormente, onde
302 do ponto de vista da aprovação ou não, o CMS discute essencialmente o viés político, não
303 sendo a questão contábil, pois se fosse a questão contábil, abre outro debate, onde não
304 existem condições de uma análise mais qualificada de algumas informações. Falou que
305 quando se informa, em uma prestação de contas, que faltam pagamentos de fornecedores
306 torna a discussão política, bem como a informação da destinação de recursos ao CHOV, nas
307 condições que o CMS não aceita há bastante tempo, também torna a discussão política.
308 Falou que a rejeição política é defendida por muitos conselheiros, inclusive ele. Falou que a
309 questão do CHOV não é uma questão de ressalva e sim uma questão fundamental do
310 debate, não se resolvendo com uma ressalva, sendo uma questão central do debate sobre a
311 saúde que se pretende em Campinas. Falou que se a gestão não viabilizou, sendo essa uma
312 responsabilidade inteiramente da gestão, não fora o CMS que não fez a sua parte. Diz que a
313 gestão não se mobilizou para o avanço do debate, caso contrário, talvez os conselheiros nem
314 estivessem discutindo essa questão. Falou que a rejeição tem como mote principal a questão
315 do CHOV, por não se resolver com uma ressalva, sendo que a gestão não cumpriu a sua
316 parte. Falou que resta ao CMS, como órgão de controle social e espaço de participação
317 popular e construção participativa, é a rejeição. O Sr. Felipe apontou ser curioso o fato do Sr.
318 Porsani, enquanto presidente do CMS, não conhecer os fatos que ocorrem na cidade, tal
319 como as condições horríveis que os trabalhadores enfrentam ou como a situação de
320 desassistência eminente que os usuários vem sofrendo. Afirmou que o presidente não sabe



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 que as deliberações das últimas conferências não vem sendo cumpridas sistematicamente
322 pela gestão. Falou que a discussão em pauta é o retrocesso do SUS Campinas, sendo culpa
323 das últimas gestões, independente da posição política, se situação ou oposição. Falou que
324 essa situação tem sido exposta à população, onde, apesar do trabalho impecável do Sr.
325 Fábio, a votação não se trata disso. Falou que a discussão trata das políticas que vem sendo
326 realizadas pela gestão em Campinas, sendo que os militantes não estão satisfeitos.
327 Defendeu a rejeição, neste sentido. O Sr. Porsani consultou o pleno se abre para o Sr.
328 Francisco o direito de resposta, sendo que também deveria ter o direito, por ter sido citado
329 pelo Sr. Felipe, ou se passa para as respostas do Sr. Fábio e se abre outro momento de
330 discussão. Defendeu que o melhor encaminhamento é devolver a palavra para o Sr. Fábio e
331 abrir uma segunda rodada de discussão. O Sr. Francisco discordou da condução, ressaltando
332 a necessidade de um direito de reposta. O Sr. Porsani discordou, afirmando que não ofendeu
333 o Sr. Francisco, tampouco se sentiu ofendido pelo Sr. Felipe. O Sr. Luís defendeu que o CMS
334 é um plenário adulto e de democracia, defendendo que todos escutam as opiniões e os
335 demais votam de acordo com sua idéia. O Sr. Francisco afirmou que o direito de resposta é o
336 mínimo de um estado de direito, quando uma pessoa é atacada publicamente. O Sr.
337 Mariante propôs que seja garantido o direito de resposta para o Sr. Francisco e para o Sr.
338 Porsani e que, após, seja passada a palavra para o Sr. Fábio. O Sr. Francisco parabenizou a
339 condução do Sr. Mariante, que mais uma vez, teve serenidade no encaminhamento. Falou
340 que se sentiu atacado pessoalmente e desqualificado, onde afirmou que nunca se pautou
341 como oposição ou situação no CMS. Alegou que representa os trabalhadores do SUS
342 Campinas e as falas dos trabalhadores que não concordem com as contas da prefeitura e da
343 forma como tem sido feitas. Afirmou que não quer entrar no debate se é situação ou
344 oposição. Reiterou que existem resoluções de conferências passadas que dizem que o Fundo
345 deve ter autonomia e repasses periódicos e que existem resoluções deste CMS, de maio de
346 2010, pela municipalização do CHOV. Falou que se pauta nesses pontos para criar uma
347 discussão política, ao contrário do que fora afirmado pelo presidente, onde fala que não tem
348 embasamento político na sua fala. O Sr. Porsani falou que, enquanto presidente do CMS,
349 tem defendido todas as posições aprovadas pelo pleno, queira goste ou não. Afirmou que
350 suas posições públicas demonstram o que fora aprovado pelo CMS. Falou que se tem
351 alguém que participa de mobilizações, seja em centros de saúde ou movimento sindical, em
352 defesa dos trabalhadores da saúde e dos trabalhadores em geral e da qualidade de saúde,
353 ele pode ser classificado como tal, portanto, acusar o presidente de desconhecer a realidade
354 vivida na cidade, infelizmente, é desprestigiar, inclusive, o debate realizado no CMS, pois
355 alega que tem sempre se pautado em defender as posições do CMS. O Sr. Fábio falou ser
356 importante a discussão política em cima de um tema técnico, afirmando que está no
357 governo hoje, mas é um defensor do SUS em Campinas, pregando uma prestação com
358 transparência. Lembrou que incluiu em suas apresentações todas as solicitações dos
359 conselheiros, sendo importante a discussão que avançou. Apontou que os conselheiros tem
360 se apropriado de questões importantes, como os restos a pagar. Respondeu que o grupo



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 Amizade continua constando na prestação, por ter um contrato de 24 (vinte e quatro)
362 meses, sendo assinado em julho de 2010. Explicou que o presidente da entidade enviou um
363 documento pedindo o encerramento do convênio, sendo que, após, reviu sua posição e
364 voltou atrás, retomando o convênio. Lembrou que a entidade teve uma prestação de contas
365 rejeitada e que teve que devolver dinheiro. Respondeu que quando vem recursos novos do
366 Ministério, são precedidos de uma portaria estabelecendo os valores e para onde serão
367 gastos, como por exemplo as verbas destinadas ao CHOV. Caso o aditivo não seja autorizado,
368 os recursos ficam na conta do Fundo, rendendo juros. Explicou que todas as verbas devem
369 ser gastas por instrumentos, como um convênio. Falou que se a verba não fora gasta, deve
370 ser devolvida, porém se for utilizada erroneamente se caracteriza improbidade. Sobre os
371 mandatos judiciais, explicou que existem mandatos na União, no estado e no município,
372 sendo um esquema forte que deve ser cumprido. Propôs uma discussão com o judiciário,
373 pois parte desse recurso poderia ser empregado na atenção básica para pessoas com mais
374 necessidade e não para resolver o caso de apenas uma pessoa. Sobre a assistência
375 farmacêutica, falou que o Dr. Mauro poderia apresentar quais são os medicamentos
376 comprados por ações judiciais. Falou que existem R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro
377 milhões de reais), sendo que se empenhar uma obra e não conseguir pagar sua totalidade,
378 perde-se o orçamento, pois a obra é cancelada, sendo que dessa forma se perde recursos de
379 investimento. Sobre os convênios, explicou que a Irmandade tem um teto de convênio, não
380 significando que o Ministério repassará todo esse valor, pois uma parte é por produtividade
381 e uma parte fixa; dessa forma, se a entidade não produzir adequadamente, não receberá o
382 teto do convênio. Concordou com a fala da Sra. Eloísa e propôs que a SMS encaminhe ao
383 CMS a relação de todos os medicamentos judicializados, com sua quantidade e valores.
384 Citou exemplo de casos de compra de medicações que nem existiam no Brasil, devendo ser
385 comprados no exterior, sendo uma afronta ao orçamento público. Falou que o Tribunal de
386 Contas tem um papel contábil, sendo outro papel do CMS, porém não entrará na discussão
387 política sobre a aprovação ou não das contas. Falou que o estado repassa R\$ 240.000,00
388 (duzentos e quarenta mil reais) por mês, para o “dose certa”, sendo que a PMC gasta pelo
389 menos dez vezes mais. Afirmou que o CMS é um órgão independente que deve ter
390 autonomia para decidir sobre a aprovação ou não e que não entraria na discussão política. O
391 Sr. Porsani questionou o pleno sobre a prorrogação, sendo aprovada com 02 (dois) votos
392 contrários e 02 (duas) abstenções. O Sr. Porsani apresentou a proposta da aprovação das
393 prestações de contas com ressalvas, devido às falas realizadas, como a falta de autonomia
394 do Fundo Municipal de Saúde, a falta de pagamento a fornecedores, a diferença entre o
395 liquidado e o pago, a questão da dívida e principalmente referente ao aditivo ao contrato do
396 CHOV, no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), que deverá ser
397 debatido em breve no CMS. Afirmou que se houver a rejeição política, não será possível
398 aprovar algo que já fora rejeitado, sendo a SPDM no CHOV. Falou que deverá ocorrer o
399 debate, pois o aditivo virá exatamente quando acabar o prazo estabelecido pelo CMS para a
400 municipalização do CHOV. Propôs a aprovação com ressalva, sendo uma mudança em



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 relação à rejeição. O Sr. Mariante questionou se havia necessidade de defender a rejeição,
402 sendo que o pleno apontou que não havia necessidade. O Sr. Mariante sistematizou as
403 propostas, sendo uma de aprovação, uma de aprovação com ressalvas e outra de rejeição.
404 Lembrou que deverão ocorrer duas votações, sendo uma para a prestação de contas do 2º
405 trimestre e outra para a prestação de contas do 3º trimestre. O Sr. Xavier solicitou votação
406 nominal. O Sr. Mariante defendeu que a votação deve ser das três propostas, para não
407 ocorrer duas votações para a mesma prestação. O Sr. José Carlos questionou se os
408 conselheiros estavam esclarecidos. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
409 **NÃO APROVOU a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao 2º**
410 **trimestre de 2011 – acumulado de janeiro à junho**, com 05 (cinco) votos favoráveis, 10 (dez)
411 votos favoráveis com ressalvas, 15 (quinze) votos contrários e nenhuma abstenção, votando
412 **FAVORÁVEL** os seguintes conselheiros: Sr. Edison Martins Silveira, Sra. Maria Cecília Brandt
413 Piovesan, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sra. Sílvia
414 Aparecida M. L. D. Carmona; votando **FAVORÁVEL COM RESSALVAS** os seguintes
415 conselheiros: Sr. André Luiz Castilho de Fonseca, Sr. Edilson Baqueiro, Sra. Izabel Pereira de
416 Oliveira, Sr. João Xavier, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Luiz de Paula Góes, Sra. Mariene Terumi
417 Umeoka Hidaka, Sra. Marlene Feliciano Oliveira, Sra. Matilde Alves Pontes, Sr. Sidney
418 Mendes da Silva; votando **CONTRÁRIO** os seguintes conselheiros: Sr. Armando Bota, Sra.
419 Eloísa Israel de Macedo, Sr. Elzito Tolentino Silva Peninha, Sr. Felipe Monte Cardoso, Sr.
420 Francisco Mogadouro da Cunha, Sr. Gerardo Mendes de Melo, Sr. José João Anício Lino, Sra.
421 Juliana Turno da Silva, Sra. Maria Andrade Gil, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira, Sr. Paulo
422 Martins, Sr. Paulo Tavares Mariante, Sr. Soeli Alves Monteiro, Sra. Terezinha Tibúrcio da
423 Mata Oliveira, Sr. Wilma Rosendo da Silva. O Sr. Pedro Humberto solicitou uma questão de
424 ordem, alegando ter entendido que eram três propostas e que votara pela aprovação das
425 contas e que as pessoas que rejeitaram as contas o fizeram por rejeitarem totalmente as
426 contas. Discordou do encaminhamento do presidente ao colocar a aprovação com ressalvas,
427 esclarecendo que entende que aprovação e aprovação com ressalvas são distintas, porém
428 gera no mínimo estranho ter dez votos que aprovam com ressalvas e cinco votos que
429 aprovam, totalizando quinze votos, sendo igual ao número de votos contrários. Argumentou
430 que a rejeição não fora aprovada pelo plenário. Sugeriu que deve haver uma discussão sobre
431 o assunto. O Sr. Francisco alegou que não cabe discutir a votação depois que esta ocorre.
432 Afirmou que o Sr. Mariante foi claro nos encaminhamentos. O Sr. Porsani concordou com o
433 Sr. Pedro Humberto, sugerindo ter um segundo turno entre a rejeição e a aprovação com
434 ressalva. O Sr. Mariante falou que as propostas eram autônomas e repetidas pelo Sr. José
435 Carlos. Afirmou que fora definida a forma que seria a votação. Apontou que refazer uma
436 votação, após ter sido realizada com um resultado é muito grave e que o questionamento
437 deveria ter sido realizado antes da votação. Afirmou que qualquer nova proposta para
438 votação deve ser feita para a próxima e chamou a atenção do presidente para que não se
439 adote tais procedimentos, pois o mesmo estava na Mesa quando foram lidas as propostas.
440 Solicitou que seja encaminhada a próxima votação. O Sr. Pedro Humberto falou que não está



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



441 questionando a votação, mas que deve existir uma discussão ou que o relatório aponte o
442 número da votação e que existe uma incoerência, sendo ferido o Regimento Interno. O Sr.
443 Porsani consultou que alguém quer defender se vota primeiro a aprovação ou a aprovação
444 com ressalvas ou se as pessoas retiram a proposta da aprovação somente, ficando somente
445 a aprovação com ressalvas. A Sra. Izabel perguntou se havia quórum. Fora verificado que
446 existia quórum para a segunda votação. O Sr. Porsani apresentou que os conselheiros
447 deverão votar pela aprovação ou rejeição, sendo que, caso seja aprovado, o CMS deve votar
448 se aprova com ou sem ressalvas. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
449 **NÃO APROVOU a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 3º**
450 **trimestre de 2011 – acumulado de janeiro a setembro**, com 14 (quatorze) votos favoráveis,
451 16 (dezesesseis) votos contrários e nenhuma abstenção, votando **FAVORÁVEL** os seguintes
452 conselheiros: Sr. André Luiz Castilho de Fonseca, Sr. Edilson Baqueiro, Sr. Edison Martins
453 Silveira, Sr. João Xavier, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Luiz de Paula Góes, Sra. Maria Cecília
454 Brandt Piovesan, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra. Mariene Terumi Umeoka Hidaka,
455 Sra. Marlene Feliciano Oliveira, Sra. Matilde Alves Pontes, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello,
456 Sr. Sidney Mendes da Silva, Sra. Sílvia Aparecida M. L. D. Carmona; e votando **CONTRÁRIO** os
457 seguintes conselheiros: Sr. Armando Bota, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr. Elzito Tolentino
458 Silva Peninha, Sr. Felipe Monte Cardoso, Sr. Francisco Mogadouro da Cunha, Sr. Gerardo
459 Mendes de Melo, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. José João Anício Lino, Sra. Juliana Turno
460 da Silva, Sra. Maria Andrade Gil, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira, Sr. Paulo Martins, Sr.
461 Paulo Tavares Mariante, Sra. Soeli Alves Monteiro, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira,
462 Sr. Wilma Rosendo da Silva. O Sr. Porsani encerrou a reunião, agradecendo a presença de
463 todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do
464 Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais
465 presentes.